

ARTIGOS LIVRES

Uma reação conservadora no campo intelectual: a Fundação da Promoção Social (FPS) e o Recife da década de 1960

A conservative reaction on the intellectual field: the Fundação da Promoção Social (FPS) in the 1960's Recife

Luiz Felipe Batista Genú (felipegenu@hotmail.com)

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE)

Resumo

O presente artigo se debruça sobre a participação de intelectuais nas disputas políticas do Pernambuco da década de 1960. Nosso enfoque se ajusta sobre as reações do campo conservador à implementação do Movimento de Cultura Popular (MCP), em maio de 1960. Projeto educacional e cultural de grande monta lançado pela gestão do prefeito Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular reorganizou o sistema educacional da capital pernambucana além de redefinir as bases de sua política cultural. Mergulhamos no processo de concepção e lançamento de um projeto similar ao MCP, embora norteado por concepções educacionais e culturais opostas: a Fundação da Promoção Social (FPS). Investigamos sua trajetória desde as primeiras formas que a FPS assumiu, até chegar ao seu formato final e o estabelecimento de contatos com instituições similares de outros estados. Utilizamos como referenciais documentais jornais e escritos de governo da época. Esse material é analisado, como indicado no título do artigo, a partir da teoria dos campos, do sociólogo Pierre Bourdieu.

61

Palavras-chave: Cid Sampaio; Fundação da Promoção Social; Miguel Arraes; Movimento de Cultura Popular;

Abstract

This article focuses on the participation of intellectuals in the political disputes in Pernambuco in the 1960s. Our focus is on the reactions of the conservative camp to the implementation of the Movimento de Cultura Popular (MCP), in May 1960. A major educational and cultural project launched by the administration of mayor Miguel Arraes, the Movimento de Cultura Popular reorganized the educational system of the Pernambuco's capital in addition to redefining the bases of its cultural policy. We delve into the process of designing and launching a project similar to the MCP, although guided by opposing educational and cultural concepts: the Fundação da Promoção Social (FPS). We investigated its trajectory since the first forms that the FPS took, until reaching its final format and establishing contacts with similar institutions in other states. Newspapers and

government documents were used as documentary references. This material is analyzed, as indicated in the article's title, based on the theory of fields, by sociologist Pierre Bourdieu.

Key words: Cid Sampaio; Fundação da Promoção Social; Miguel Arraes; Movimento de Cultura Popular;

Introdução

O objetivo principal das páginas que se seguem é contribuir para a construção de uma história política dos intelectuais durante a década de 1960. Nesse intuito, optamos por narrar o momento de estabelecimento da Fundação da Promoção Social (FPS), entidade assistencialista criada pelo governo do Estado de Pernambuco em 1961, durante a gestão de Cid Sampaio, e cujo objetivo era fazer frente às iniciativas do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado pelas forças de esquerda que serviam de base à gestão do prefeito Miguel Arraes – à época, maior rival político do governador do estado. Os documentos analisados e que nos permitiram narrar uma parte da história da FPS consistiram, sobretudo, de artigos publicados na imprensa da época e impressos oficiais do governo.

O uso da expressão “campo intelectual” em nosso título antecipa um dos referenciais teóricos nos quais alicerçamos o trabalho: a teoria dos campos sociais do sociólogo Pierre Bourdieu. Por se tratar de uma teoria que propõe enxergar a sociedade como composta por vários microcosmos sociais – os tais campos – tendencialmente autônomos e dotados de estruturas próprias e análogas, consideramos essa teoria uma ferramenta conceitual profícua para a análise do papel dos intelectuais nas disputas políticas em Pernambuco no período considerado. Tal fato se dá porque esse balizamento conceitual nos permite divisar quem são e como atuam os intelectuais, quais são as configurações do campo intelectual a cada momento, bem como os dispositivos de legitimação interna ao campo.

Outra vantagem proporcionada pela teoria dos campos é, ao mergulharmos nas relações internas do campo intelectual, nunca perdermos de vista o movimento dos outros campos sociais, como o político ou o econômico, e as zonas de contatos entre esses campos, uma vez que o pressuposto elementar dessa teoria é o de que todos os campos não são totalmente autônomos. Pelo contrário, quando percebidos como situados no mesmo espaço societal, vemos sobressair as

relações de graus diversos que mantêm entre si. Podemos, então, simultaneamente, isolar as forças e os movimentos em seus campos específicos de produção enquanto somos capazes de enxergar todo o sistema de campos se movendo em conjunto.

A opção pela trajetória da FPS é justificada pela tentativa de invertermos o foco narrativo: em geral, a historiografia que trata do tema costuma narrá-lo a partir da perspectiva do MCP e conferir à FPS um papel secundário e superficial nas disputas que se desenrolaram no campo intelectual. Dessa maneira, embora a narrativa do presente artigo se inicie pelo Movimento de Cultura Popular, ela o faz unicamente por razões cronológicas: foi preciso surgir o MCP para que a FPS fosse pensada enquanto uma resposta.

As forças populares e o Movimento de Cultura Popular (maio, 1960)

Em maio de 1960, o prefeito do Recife, Miguel Arraes, anunciou o lançamento de um novo projeto de sua administração: o Movimento de Cultura Popular (MCP). O MCP consistia em uma sociedade civil de finalidade educativa e cultural, criada para planejar e gerir a política cultural e educacional da capital a partir de uma concepção de cultura popular enquanto um instrumento de educação e politização – à época chamada de “conscientização” – da população. Segundo seu estatuto, o movimento era uma resposta do “prefeito Miguel Arraes, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria” (Estatuto do MCP, 1960, p. 1).

Principalmente no seu início, o movimento empolgou e atraiu muitos intelectuais importantes da época, de projeção local ou nacional. Com base nos nomes e profissões que constam nos estatutos do MCP como sócios-fundadores, podemos visualizar a variedade de profissões de onde provinham os intelectuais do movimento: um total de 19 áreas de formação ou ocupações diferentes, mais os estudantes. Os números são importantes, mas, quando tratamos de intelectuais, os nomes são o real parâmetro por nos permitirem entender a posição que ocupavam no campo e o capital simbólico que agregavam ao MCP. Nesse quesito, aparecem alguns nomes importantes. O grupo de maior destaque dos signatários incluiu Abelardo da Hora¹, Ariano Suassuna², Hermilo

¹ Artista plástico e escultor.

² Teatrólogo e professor universitário.

Borba Filho³, Francisco Brennand⁴ e Graça Mello⁵. Outros nomes surgiram ou ganharam projeção a partir da participação no MCP, como Paulo Freire⁶.

Na prática, o MCP assume o lugar de uma Secretaria Municipal de Educação e Cultura e passa a planejar e executar as políticas voltadas para essas áreas. O movimento esteve à frente das mais variadas atividades: da criação de escolas e programas de alfabetização para crianças, jovens e adultos, à promoção de cursos profissionalizantes. Assumiu a administração dos teatros da cidade e realizou a construção das praças de cultura – espaços pensados para o lazer e a instrução. Também promoveu publicações, festivais de teatro e cinema e reorganizou o circuito de festas populares da cidade, sempre dando destaque à concepção de cultura popular dos intelectuais que estavam a frente do movimento.

Enfatizando nosso olhar sobre a parte educacional, os objetivos elencados pelos fundadores do MCP deixam claro que viam o processo educacional como um meio de promover o “desenvolvimento pleno de todas as virtualidades do ser humano” (COELHO, 2012). Dentro dessa concepção, era basilar que os educandos desenvolvessem uma consciência de si e de seus pares, enquanto cidadãos dotados de plenos direitos e de capacidade de intervenção na estrutura social, uma vez que a finalidade do processo era a construção de uma nova ordem social. Essa abordagem permeava todas as iniciativas educacionais do movimento, tanto a educação de crianças quanto a de adultos.

Dessa maneira, a ideia de cultura popular propagada pelo MCP partia de um pressuposto em que educação e cultura são compreendidas como um fator de intervenção na realidade social, sendo o intelectual mcpista o agente provocador da mudança. Muitos, inclusive, vão associar essa mudança a uma revolução, conceito muito popular na época.

Em suma, o MCP, a partir de 1960, se coloca enquanto uma instituição composta por intelectuais cuja afinidade política estava mais à esquerda e que passa a elaborar planos para a gestão de Miguel Arraes com o objetivo declarado de modificar a estrutura social vigente. E, ao menos de início, recebeu amplo apoio em Pernambuco e outros estados onde foi divulgado. O MCP

³ Teatrólogo.

⁴ Escultor.

⁵ Ator e diretor de teatro.

⁶ Educador.

serviu ainda como referencial para a criação dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (Genú, 2019).

O campo conservador se organiza: o Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS) (agosto, 1960)

Desde 1958, o engenheiro Cid Sampaio era o governador de Pernambuco. Filho da oligarquia usineira, membro da União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação conservadora, Cid fora eleito em 1958 graças a uma coligação partidária bastante incomum com a Frente do Recife: uma aliança partidária identificada com ideias progressistas e de esquerda. Além da UDN, o apoiaram oficialmente o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Trabalhista (PST). Extraoficialmente, sabia-se na Veneza Brasileira⁷, que o Partido Comunista, posto na ilegalidade em 1947, também se comprometera em eleger Cid. O sociólogo José Arlindo Soares credita essa aliança a um alinhamento de objetivos conjunturais: derrotar as oligarquias políticas mais tradicionais, ligadas ao latifúndio – que, em Pernambuco, estavam agrupadas no Partido Social Democrático (PSD) – e instituir um governo voltado à implantação de políticas de cunho desenvolvimentista (Soares, 1982). Naquele momento, Cid Sampaio era a principal liderança de uma burguesia urbana, conservadora, porém interessada em uma modernização dentro dos marcos do capitalismo liberal e que não afetasse de forma profunda a estrutura social vigente. O foco dessa modernização conservadora de Pernambuco recaía na busca pela industrialização do estado e, nesse projeto, buscava-se uma forma de educar capaz de formar trabalhadores mais eficientes. A imprensa da época costuma se referir a esses grupos como “classes produtoras”.

Eleito Cid, a aliança com os outros partidos da Frente se tornou gradativamente incômoda, afinal, a UDN de Cid Sampaio ainda representava forças políticas conservadoras, cujo projeto desenvolvimentista estava longe de ser o mesmo das forças populares. Nesse sentido, os anos de 1960 e 1961 foram de afastamento entre a UDN e o restante dos partidos da base de apoio eleitoral. Esse processo de afastamento culminou, em janeiro de 1962, em uma carta aberta do Partido Comunista que comunicava a ruptura oficial da aliança com a UDN (Soares, 1982).

⁷ Por conta dos seus numerosos canais e pontes, a cidade do Recife recebeu o apelido de Veneza Brasileira.

Durante o processo de ruptura política com a esquerda, o governo Cid Sampaio iniciara uma reação em face do sucesso que a iniciativa educacional da gestão municipal de Miguel Arraes vinha obtendo com o MCP. Não obstante a educação figurasse na lista de áreas prioritárias do governo estadual para 1960, a ampla adesão e visibilidade obtidos pela prefeitura municipal do Recife com o MCP – não esqueçamos de mencionar o potencial eleitoral da alfabetização de adultos – obrigaram a gestão de Sampaio a criar um projeto que apresentasse uma roupagem similar à do Movimento de Cultura Popular, porém, orientado por premissas diferentes. Enquanto o MCP era pautado pelo objetivo de fornecer uma formação humanística ampla da população, a Fundação da Promoção Social (FPS) vai apresentar em suas ações um foco na formação profissional e na assistência de saúde. Enquanto o MCP transmite a ideia de gestar cidadãos prontos para interferir e modificar a estrutura social, o enfoque da FPS recai sobre preparar profissionalmente os indivíduos para serem cidadãos funcionais e produtivos dentro da estrutura social estabelecida.

A resposta da administração de Cid Sampaio precisava ser rápida. Já no final de agosto daquele ano, o *Diário de Pernambuco* noticia a criação do Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS), autorizado pela portaria nº 168, de 17 de agosto de 1960. Na ocasião, além do governador, estavam presentes o secretário de educação, Lourival Vilanova, o responsável pela pasta da Fazenda, Salviano Machado, e o presidente do Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM)⁸, Paulo Rangel Moreira. Os dois secretários e o diretor assinaram um convênio entre suas respectivas repartições públicas, que estabelecia a criação do Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS).

A partir desse ponto, o diretor do SSCM, Paulo Rangel Moreira, se tornaria uma figura de proa no desenvolvimento do Grupo de Trabalho da Promoção Social e, um ano depois, na criação da Fundação da Promoção Social. Sob seu olhar atento, o Grupo de Trabalho da Promoção Social se torna um departamento semi-independente, subordinado diretamente ao chefe do Serviço Social Contra o Mocambo, o que lhe permitiria ter estrutura mais flexível e adaptada a responder com mais rapidez aos desafios imbricados na sua gênese. Mas a que se propunha o Grupo de Trabalho da Promoção Social? Segundo o próprio Cid Sampaio,

[...] pretende o governo através do Grupo de Trabalho de Promoção Social, dirigido pelo próprio SSCM, ir pondo em prática essas medidas. O processo terá mais

⁸ Criado durante a gestão do governador Agamenon Magalhães, na década de 1940. Sua função era, sobre o pretexto da higiene e saúde, erradicar moradias populares construídas sem permissão do poder público, geralmente em áreas de alagados e mangues.

flexibilidade e a própria experiência indicará o caminho mais acertado para sua reestruturação. O homem, que deve ser o centro das preocupações dos administradores, mais do que em outro qualquer local, precisa ser amparado no Nordeste. [...] (Diário de Pernambuco, 1960, p. 3).

Estamos diante de uma instituição voltada para a educação, profissionalização e assistência de saúde dentro de valores fundamentados no desenvolvimento econômico e na introdução dos indivíduos no mundo do trabalho. Para tanto, o montante mensal orçado para o funcionamento do GTPS era de Cr\$ 2.200.000 de cruzeiros.

A verba disponível não tardou a ser investida: no dia 4 de setembro é noticiado que as primeiras 12 escolas do GTPS e o primeiro posto de saúde foram inaugurados pelo governador no bairro do Vasco da Gama, zona norte do Recife. Segundo foi publicado dois dias após as inaugurações, cerca de 1.440 crianças já estariam matriculadas nessas escolas. Mais eventos de inauguração de escolas, prontos-socorros e ambulatórios foram amplamente noticiados. Em um dos primeiros eventos de lançamento da Fundação, um almoço com representantes dos Centros Educativos Operários e o governador, o chefe do SSCM, Paulo Rangel Moreira, faz um discurso no qual menciona a importância de se promover uma “evolução social” no lugar de uma “revolução”. Com isso, Rangel Moreira coloca a Fundação da Promoção Social em um lugar que é oposto ao do MCP dentro do campo intelectual e político.

67

A atenção conferida por veículos importantes da imprensa local, como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*, às atividades do GTPS e a necessidade de concorrer com as medidas da PMR/MCP encorajaram rapidamente a continuidade da expansão das atividades do Grupo e do seu orçamento. Já em outubro de 1960 o Serviço Social Contra o Mocambo recebeu a notícia da liberação de verbas federais no valor de Cr\$ 40.000.000, do Ministério de Viação e Obras Públicas, para o SSCM. Foi expresso pelo diretor do Serviço que parte da verba seria utilizada na expansão do programa educacional da GTPS.

Além do dinheiro, a expansão incluía um convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para fornecimento de material didático. Outro instituto, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, já havia doado material de formação para a criação de um Centro de Formação de Professoras que, segundo o diretor, seria estabelecido pelo GTPS. Tomado pela empolgação dos meses iniciais, Cid Sampaio, ladeado por Paulo Rangel Moreira, anunciou a

transformação do Grupo de Trabalho da Promoção Social em um Instituto da Promoção Social ainda em outubro.

Um fracasso e um recuo estratégico: O Instituto da Promoção Social (novembro, 1960)

Em cerca de três meses, de agosto a outubro de 1960, o GTPS, segundo os jornais, contava com 50 escolas de alfabetização, seis ambulatórios e três prontos-socorros. Estabelecera convênios com entidades voltadas para a pesquisa educacional e planejava a criação de um centro de formação de profissionais da educação. Por fim, estava em vias de se tornar um instituto, o que provavelmente significaria a expansão da sua estrutura burocrática e de pessoal.

Para além, houve o crescimento de importância na estrutura governamental. Ou seja, embora o estado, diferentemente da prefeitura do Recife, possuísse uma secretaria voltada para a educação e uma malha de escolas públicas – de níveis fundamental e técnico – é o GTPS que começa a se tornar a ponta de lança da educação no estado. Pensando em termos do campo intelectual do Recife, a partir de 1960 temos uma configuração em que surgem duas novas instituições conveniadas ao poder público com autonomia decisória, flexibilidade estrutural e acesso a verbas públicas, que concorriam no que tange à elaboração de projetos educacionais e ao recrutamento de intelectuais.

Segundo uma mensagem enviada pelo governador para a Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) em 28 de novembro de 1960, o plano para o ano seguinte era transformar o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social. A fundamentação para essa ação seria a obsolescência entre o SSCM, criado em 1945, e as demandas daquele presente. Modernizar era preciso, segundo afirmava o governador e seus apoiadores, e o caminho parecia passar pelo Grupo de Trabalho da Promoção Social. O primeiro artigo define da seguinte maneira o Instituto da Promoção Social:

Art. 1º - Passa a denominar-se INSTITUTO DA PROMOÇÃO SOCIAL autarquia administrativa, o atual Serviço Social Contra o Mocambo, com a finalidade de promover socialmente o homem nas áreas do Estado onde se encontram mais densamente agravadas as condições de vida, através da organização ou reorganização de comunidades; da humanização da habitação e da vida domiciliar; da elevação do salário real da família,

pelo profícuo aproveitamento de suas virtualidades e utilização proveitosa do lazer; assistência à família e ao homem nos setores cívico-educacional e médico-sanitário.⁹

Se compararmos o artigo transcrito com seu equivalente no decreto que estabeleceu o SSCM, notamos que há diferenças na concepção das entidades, embora persista o papel do Estado enquanto organizador das comunidades. Por exemplo, em 1945, a preocupação central do SSCM era acabar com as moradias insalubres, provendo a construção de substitutas higiênicas. Ou seja, temos como premissa o higienismo, doutrina comum no início do século XX. Com a Promoção Social, o foco recai sobre a assistência social e a humanização da vida domiciliar

O arranjo legal proposto no projeto de lei que estabelecia o Instituto da Promoção Social, na prática, permitiria a conservação das verbas já destinadas ao SSCM, bem como incorporava ao novo Instituto todo o patrimônio do Serviço Social Contra o Mocambo (artigo 3º do projeto) (Diário de Pernambuco, 1960). E, claro, assegurava maior independência para a tomada de decisões em relação ao governo estadual por se tratar de uma autarquia. Transformar o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social também serviria para acabar com a reclamação feita por alguns vereadores do Recife de que já existia no estado órgãos destinados à assistência social e educação popular, o que tornava redundante a criação do GTPS, cuja criação era criticada como medida “eleitoreira” do governador (Diário de Pernambuco, 1960). Unificar SSCM e GTPS poderia amenizar essas críticas.

69

O pré-projeto, que agora era analisado pela ALEPE, indica uma reorganização de propósito, de diretorias e de departamentos que deveriam compor o novo instituto. No texto, constam como órgãos do futuro Instituto da Promoção Social: a Presidência, um Conselho Deliberativo e de Planejamento e uma Procuradoria Judicial. Embora apenas três órgãos fossem definidos no texto, o décimo artigo do projeto estabelecia que o restante da estrutura administrativa departamental seria criada de acordo com a demanda dos projetos propostos pela Presidência e aprovados pelo Conselho Deliberativo e de Planejamento.

Os preparativos para o novo Instituto corriam em paralelo à análise do projeto pela ALEPE. Um dos primeiros intelectuais recrutados para pavimentar o caminho do Instituto foi o escritor paraibano José Rafael de Menezes. Bacharel em História, Geografia e Ciências Jurídicas, José

⁹ Projeto de lei que estabelece o Instituto da Promoção Social. Grifo do original. Arquivo histórico do INEPE. Disponível em: Bem-vindo ao Arquivo Histórico do Inep - Arquivo Histórico do Inep. Acesso em: 13 jan. 2024.

Rafael havia sido promotor de justiça na Paraíba e lecionava em instituições de ensino superior. Mudou-se para o Recife no final da década de 1940, onde prosseguiu sua trajetória ligada à educação e ao serviço social. No período em tela, lecionava em uma faculdade do Recife. O convite para assessorar a formação do Instituto da Promoção Social chegara nos primeiros dias do ano novo de 1961. Em uma entrevista sobre essa nova fase do GTPS, José Rafael afirmou que sua função era “supervisionar e completar a estruturação de todo um vasto plano de serviço social em que se inclui assistência médica e profissional, artística e educacional para as populações pobres do Recife” (Diário de Pernambuco, 1961, p. 8).

Retomando as discussões sobre o projeto que transformava o Serviço Social Contra o Mocambo em Instituto da Promoção Social, o governo de Cid Sampaio sofre um revés: o projeto não foi aprovado. O entrave se deu na conversão do Serviço Social Contra o Mocambo em uma outra instituição com maior autonomia dos dispositivos de controle do estado, sobretudo na questão do emprego das verbas governamentais que recebia. Convencido de que a Promoção Social era “grande demais” para continuar como departamento do SSCM, o diretor do serviço, Paulo Rangel Moreira, começou a preparar um novo projeto. Na nova versão, o SSCM e o GTPS seriam separados e o segundo passaria a ser uma entidade de direito privado. O Serviço Social Contra o Mocambo permaneceria focado em sua finalidade original: os problemas habitacionais. Já o GTPS, agora independente, se tornaria uma fundação regida por seus próprios estatutos e em convênio com o governo do estado (Diário de Pernambuco, 1961, p. 5).

70

A Fundação da Promoção Social entra em campo (julho, 1961)

O período entre os meses de maio e julho de 1961 foi decisivo para a nova instituição. No dia 26 de junho, uma comissão formada por nove representantes de órgãos governamentais e instituições ligadas ao projeto da Fundação da Promoção Social compareceram à rua do Imperador Pedro II, nº 468, no bairro de Santo Antônio. Nesse endereço funcionava o cartório Pragana. Lá, no livro 743, nas folhas 157 a 165, foi elaborada uma escritura pública de constituição da Fundação. Nela, encontramos os estatutos que regulamentavam a Fundação da Promoção Social. No segundo artigo, o objetivo da FPS é definido como sendo o de “promoção social do homem e da família,

incentivando as iniciativas de auto soerguimento dos grupos e comunidades” (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1961, p. 4377).

Os objetivos detalhados mantêm a tônica do que havia sido imaginado como função do Instituto da Promoção Social, ao mesmo tempo em que ressalta as preocupações com o fomento de atividades econômicas nas comunidades carentes que possam aproveitar os potenciais de aumento de renda já presentes ali. Prevalece a ideia de melhorar as condições de vida, sem mudar radicalmente o arranjo social. Ficou estabelecido, ainda, que os Centros Educativos Operários, ambulatórios, prontos-socorros e escolas que eram mantidos pelo SSCM passariam para o patrimônio da Fundação da Promoção Social, enquanto os funcionários ficariam à disposição para compor a estrutura administrativa do instituto.

Os nove representantes presentes no cartório naquele dia eram: Carlos Frederico Maciel, representando o governo do estado de Pernambuco; Arnaldo Amorim de Lemos, representante do SSCM; Antônio Lacerda Galvão, emissário da Associação Comercial de Pernambuco; Maria de Lourdes Morais, da Cruzada de Ação Social; do Centro das Indústrias de Pernambuco vinha Miguel Vita. Também constam os nomes de Antônio Germano Rodrigues, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; Douglas Barry Clark, da Companhia de Revenda e Colonização; Sebastião Pessoa Dantas, dos Centros Educativos Operários, e Renato Brito Bezerra de Mello, que presidia o Conselho do SSCM (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1961, p. 4377).

71

Os nomes de Miguel Vita e Renato Brito Bezerra de Mello ajudam a entender o direcionamento dado à futura fundação e revelam os grupos que se articulavam em prol de sua criação. Ambos eram filhos de grandes famílias industriais. Ambos exerceiram a presidência da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE). Ambos seriam recebidos pelos generais-presidentes após o golpe de 1964 em eventos patronais na década de 1970.

No dia 23 de junho, nova reunião, agora com o governador presente, para ajustes dos estatutos. Finalmente, em 14 de julho de 1961, o governador Cid Sampaio aprovou em caráter definitivo os estatutos que transformaram o Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS) em Fundação da Promoção Social. No dia seguinte, os estatutos foram publicados no diário oficial. Seu primeiro presidente foi Paulo Rangel Moreira, que pediu exoneração do Serviço Social Contra o Mocambo a fim de poder assumir a nova fundação. Para o Conselho da Fundação, foram eleitos Renato Brito Bezerra de Melo (presidente) e Carlos Frederico Maciel (vice). O amplo raio de ação

da FPS – que compreendia a área educacional, de saúde e a assistência social – resultou em uma configuração institucional que, além da Presidência e do Conselho Deliberativo, compreendia seis departamentos, que comandavam treze divisões diferentes.

Para que a FPS iniciasse suas operações, a Assembleia Legislativa de Pernambuco discutia o projeto proposto pelo deputado Nivaldo Machado, que autorizava a liberação de Cr\$ 40.000.000 para a Fundação, via Poder Executivo, no início de outubro. Nesse mesmo mês, um novo evento serviria para coroar o surgimento da Fundação da Promoção Social: a I Semana da Promoção Social, marcada para acontecer entre os dias 7 e 13 de outubro de 1961.

A I Semana da Promoção Social

O projeto da I Semana da Promoção Social foi elaborado ainda sob a marca do Serviço Social Contra o Mocambo. Ele definiu quatro objetivos básicos para o evento: orientar o professorado da Promoção Social e do SSCM sobre os problemas de alfabetização nas áreas pobres; promover a troca de experiências entre a equipe do SSCM/GTPS e o pessoal da Secretaria de Assistência Social da Guanabara; adaptar experiências bem-sucedidas para as necessidades do Recife; por fim, atrair o público universitário para a iniciativa, visando sua adesão ao trabalho voluntário. Assim, nos objetivos iniciais do projeto da Semana da Promoção Social, obtemos uma indicação das articulações que os intelectuais responsáveis pela criação da Fundação da Promoção Social procuravam estabelecer com outros grupos de intelectuais, no caso em tela, os que compunham a Secretaria de Assistência Social da Guanabara. Outra colaboração que se planejava estabelecer – explicitada no documento – era com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER).

O auditório da Faculdade Ciências Econômicas, localizada na rua do Hospício, centro do Recife, foi o palco para a cerimônia de abertura. Ali, em 7 de outubro de 1961, pontualmente às 20 horas, Cid Sampaio, acompanhado por diretores da FPS, secretários do estado e os chefes das casas Civil e Militar, discursou sobre a importância da Promoção Social. A fala do governador reforçou o papel da FPS no sentido de solucionar problemas como a pobreza e o subdesenvolvimento humano, contribuindo dessa forma para trazer as pessoas mais humildes para a “civilização”

(Diário de Pernambuco, 1961). Ao final, Cid apresentou o sociólogo José Arthur Rios, responsável pela palestra de abertura da Semana.

Articulado com setores intelectuais católicos, Rios acumulara passagens como professor em universidades dos Estados Unidos – Vanderbilt e Flórida – e exercera cargos de assessoria técnica para o governo federal e o Senado. Desde 1960 era secretário de Assuntos Sociais do Estado da Guanabara. Cabe destaque o fato de que sua atuação intelectual entre as décadas de 1950 e 1960 esteve ligada a políticos de orientação conservadora, notadamente quadros da UDN, como João Cleofas e Carlos Lacerda. Também era associado ao Instituto de Pesquisas Sociais (IPES), em que participou de um grupo de estudos encarregado de planejar uma reforma agrária capaz de contribuir para esvaziar os discursos da esquerda política (Dreyfuss, 1981, p. 241). Rios chefiava o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA). Sua vinda ao Recife fora noticiada na imprensa local, enaltecendo sua formação e atuação, o que o colocou em uma posição de bastante relevância. Para a I Semana da Promoção Social, José Artur Rios preparara uma palestra intitulada “Educação de Base e recuperação social em áreas marginais” (Diário de Pernambuco, 1961).

O texto da palestra não foi publicado, entretanto, um editorial do *Diário de Pernambuco* nos oferece algumas informações sobre o que especificamente foi abordado. O editorialista destaca a importância da entrega feita por Cid Sampaio de 250 casas populares no Alto do Jordão, bairro do Ibura, para moradores de palafitas. A seguir destaca a importância dos programas assistenciais de educação e saúde que serão desenvolvidos junto à população que ocupará essas casas, uma vez que não seria suficiente apenas entregar uma moradia nova, era preciso ensinar a usá-la de forma adequada, já que “se trata de migrantes das formas de moradia mais incompatíveis com a dignidade humana” (Diário de Pernambuco, 1961, p. 4). No parágrafo seguinte, temos uma pista do discurso de José Artur Rios, quando o editorialista recorre a um trecho da palestra para fundamentar seu argumento.

O sociólogo José Artur Rios, agora vindo ao Recife, a convite da F.P.S. chamou a atenção do público para esse ponto na conferência realizada no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, com a sua experiência de pesquisador entre os favelados do Rio de Janeiro. Contou o que aconteceu quando parte daquela gente foi removida da favela do Jacarezinho, para edifícios especialmente construídos. Dentro de algum tempo, as repartições internas dos apartamentos achavam-se subvertidas, pois até galinheiros

haviam sido montados nas áreas de quartos e instalações sanitárias (Diário de Pernambuco, 1961, p. 4).

Considerando o trecho transcrito e o título da palestra, podemos aferir – dentro de um universo de outros tópicos – que José Artur Rios destacou a importância que a educação de base tem nas políticas de assistência social, como as de moradia, no sentido de modificar hábitos e costumes da população de baixa renda. Aparece aqui a noção – não sem alta dose de elitismo – de que é preciso civilizar as pessoas mais humildes. Entendimento que fora também destaque na fala de abertura do governador. É como se, por viverem há tanto tempo em condições sub-humanas, as pessoas assistidas pelas políticas públicas precisassem ser “humanizadas”, no sentido de aprender os comportamentos que eram socialmente desejados.

Feita a abertura, uma vasta programação ocupou a semana dos participantes, que se dividiram entre conferências e seminários. Também havia espaços reservados para grupos de discussão sobre as temáticas das conferências e horários voltados para a visitação das escolas, ambulatórios e demais aparelhos administrados pela FPS. As conferências e palestras versaram sobre educação, assistência social, sanitarismo, desenvolvimento, habitação e a realidade do Nordeste.

74

Todas as atividades da semana foram pensadas dentro do objetivo de consolidar a Fundação da Promoção Social e lançar o conceito de “promoção social” enquanto caminho alternativo à “cultura popular”, da qual o MCP havia se assenhorado. Na programação do evento, encontramos ainda os nomes do sociólogo Manuel Diegues Júnior, do engenheiro Stélio de Alencar Rôxo, da professora Lúcia Marques Pinheiro e do bibliotecário Edson Nery da Fonseca. Todos tinham uma atuação de destaque nas suas áreas e ocupavam cargos de direção em instituições públicas.

Não faltaram intelectuais de relevo para abrilhantar a I Semana da Promoção Social e alavancar a nova fundação. Contudo, a conferência de encerramento roubou as atenções da cobertura jornalística do evento devido à presença de um intelectual em particular. No sábado, 13 de outubro de 1961, às 20 horas, estudantes, professores da educação básica e superior, representantes dos Conselhos Operários, jornalistas e intelectuais diversos se reuniram novamente no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas para ouvir a conferência de encerramento *Promoção Social*, emitida pelo economista, professor universitário e Secretário da Fazenda

estadual, Paulo Maciel¹⁰. Os procedimentos iniciais seguiram a prática habitual, com os integrantes da mesa convocados um a um para ocuparem o lugar de destaque. A primeira palavra, outra vez, coube ao governador, que agradeceu e passou a palavra para o presidente da mesa.

Embora fundamental para que possamos delimitar o lugar social e intelectual da FPS, a conferência de Paulo Maciel não foi o único acontecimento da noite digno de nota, ainda que a imprensa mencione que o conferencista fora capaz de arrancar “aplausos repetidos do auditório” (Diário de Pernambuco, 1961). Havia uma presença na mesa do conferencista que, em se tratando de atividades intelectuais na capital pernambucana, era de uma relevância cardinal. E isso não passou despercebido pelos fotojornalistas da época.

Na imagem a seguir, vemos uma parte dos integrantes da mesa. Atrás, um cartaz anuncia: Semana da Promoção Social. No canto esquerdo, de óculos, está Antíogenes Chaves, industrial que apoiava o governo de Cid Sampaio. Ao centro, sentado enquanto aguarda o fim do discurso do presidente da mesa, está Paulo Maciel. De pé, no canto direito, discursando, está o intelectual encarregado de presidir a mesa de encerramento e cuja presença emprestava grande prestígio ao projeto da Promoção Social: Gilberto Freyre. Além de ser reconhecido e respeitado internacionalmente, Freyre também era a principal figura ligada ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPER-PE) – duas instituições empenhadas em cooperar com a Fundação da Promoção Social. Naquela noite, Freyre presidia a sessão, por isso sua fala foi breve.

¹⁰ Além da carreira acadêmica de destaque, foi consultor econômico da Federação das Indústrias de Pernambuco, deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) entre 1967 e 1971. Ainda na década de 1970 foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco.



Figura 1: Palestra de encerramento da I Semana da Promoção Social.

Fonte: *Diário de Pernambuco*. APEJE

76

Dois dias após o encerramento, o discurso de Gilberto Freyre foi publicado integralmente em formato de artigo pelo *Diário de Pernambuco*, na mesma página em que eram publicados os editoriais e artigos de opinião. Intitulado *Um jovem homem público*, o artigo expressa a satisfação do autor com o evento, com a criação da FPS e com o fato de o governador Cid Sampaio sinalizar uma tendência “de buscar jovens homens de estudos dotados de grande capacidade de ação para compor os quadros administrativos do governo do estado”. Homens, que se distinguiam dos “diletantes e demagogos”. Continua, se referindo a Paulo Maciel:

Está neste caso o conferencista desta noite que o Governador Cid Sampaio foi encontrar, para lhe confiar a Secretaria da Fazenda, numa casa de estudos interrelacionados da Economia com outras ciências do Homem – o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – que é também um centro de engenharia social, onde os problemas nacionais e regionais são considerados como problemas totais e complexos para cuja solução a ciência social pode de fato contribuir com suas pesquisas e seus projetos. O ainda jovem professor Paulo Maciel é o que é: um cientista social que à sua ciência junta o senso da realidade dos verdadeiros homens públicos (Freyre, 1961, p. 4).

A filiação intelectual de Paulo Maciel ao Instituto Joaquim Nabuco e a ênfase dada por Freyre a sua formação técnica e científica são utilizadas para avalizar, simultaneamente, o governo de Cid Sampaio e a FPS. Já o conferencista procurou enfatizar a presença de Freyre em seu pensamento e no desenvolvimento da nova fundação, ao mencionar que “a doutrina e a obra de Filosofia Social de Gilberto Freyre estavam insertas na programação da Fundação da Promoção Social” (Maciel, 1961, p. 03.).

A influência de Freyre no pensamento de Paulo Maciel é notável ainda na importância que este atribui à doutrina social da Igreja Católica, segundo sua visão renovada graças à encíclica

Mater et Magistra, que entendia ser uma espécie de guia. Daquela noite em diante, embora nunca exercesse um cargo na FPS, o mestre de Apipucos faria aparições em momentos importantes para ratificar a Fundação da Promoção Social: uma fala em um evento público, uma resenha sobre um livro ou uma pequena nota de defesa.

No que se refere à palestra de Paulo Maciel, ela nos permite divisar algumas características do que viriam a ser as práticas dos intelectuais da FPS. Nesse sentido, se sobressai a dimensão do planejamento baseado em pesquisas empíricas, algo nos moldes do INJPS ou da SUDENE. O discurso de Maciel permite entrever uma preocupação com a criação de programas que pudessem proporcionar o que chama de um desenvolvimento humanizado da população. Também faz menção da importância da reforma agrária e aponta que essa também seria uma das metas da Promoção Social para todo o estado de Pernambuco. Nas áreas do Agreste e Sertão, seriam criadas unidades produtoras familiares, nas demais sub-regiões, o plano incluiria a implantação de programas de criação de cooperativas, concessão gradual da posse da terra e empresas público-privadas (Diário de Pernambuco, 1961).

77

A FPS figura, assim, enquanto um *lócus* de produção de *expertise*. Algo perceptível quando observamos não apenas sua aproximação com instituições produtoras de conhecimento mais antigas, como o INJPS e o INEPE, ou a preocupação com a publicização do currículo acadêmico/técnico dos palestrantes trazidos para a I Semana da Promoção Social, mas também nas ações desempenhadas pela Fundação. Com frequência, a FPS é referenciada em notícias do governo entre os órgãos técnicos envolvidos na criação de políticas públicas, quase sempre figurando ao lado do Serviço Social Contra o Mocambo. Seja na área da educação, saúde ou moradia, o pessoal da FPS é referenciado como uma das instituições desenvolvedoras do planejamento desde a etapa da coleta dos dados.

A fixação da FPS, enquanto produtora de um saber, entendido como um discurso que também legitima e referenda uma prática de poder, é reforçada pelo projeto de publicações da FPS, que vai, em 1962, expor alguns dos métodos de pesquisa empregados pelos intelectuais da fundação e destacar os programas de cooperação com outras instituições similares para a formação de intelectuais. Sobre o intercâmbio e a formação de intelectuais, a FPS atuou em duas frentes: enviou jovens pesquisadores locais para estágios em outros estados brasileiros e trouxe intelectuais de renome ao Recife.

Logo, a pretensa neutralidade científica da nova fundação se viu reforçada em diferentes frentes, o que lhe garantia – e aos seus – legitimidade no campo intelectual. Não obstante, os intelectuais que compunham a FPS tinham consciência que o impacto de seus programas era também político, algo expresso na palestra de Paulo Maciel. Ficou candente ainda a preocupação com o alinhamento da Fundação com valores cristãos de doutrina social, o que nos permite enxergar algum limite no discurso de científicidade.

Considerações finais

As características e os objetivos assumidos pela Fundação da Promoção Social delinearam a trajetória que o órgão teve entre 1961 e o início de 1963, quando foi extinto. A FPS expressa um projeto de modernização e reforma social que apesar, de promover certo grau de melhora das condições de vida dos trabalhadores, tinha como principal objetivo conservar a estrutura social vigente e dissipar a ameaça que cada pequeno avanço das esquerdas políticas representava para as elites. Ou seja, o capitalismo faz pequenas concessões para se preservar.

A Fundação da Promoção Social foi a encarregada de contribuir com esse projeto de modernização conservadora, atuando na área da educação, cultura e assistência social. Também era um lugar de produção de pesquisas dentro dos moldes das Ciências Sociais. Ela surge como um departamento do Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), órgão do governo do estado, inicialmente chamado de Grupo de Trabalho da Promoção Social (GTPS), estabelecido já em agosto de 1960. Poucos meses após o Movimento de Cultura Popular ser criado.

O objetivo da FPS era buscar uma “evolução” social no lugar de uma “revolução” social, como foi expresso pelo seu presidente, Paulo Rangel Moreira, ainda no período do Grupo de Trabalho da Promoção Social (Diário de Pernambuco, 1961). Sobre o posicionamento de Rangel, é importante considerarmos que ele é tomado a partir da leitura que era feita na época sobre o MCP, entendido por muitos de seus integrantes – e propagandeado – como um movimento revolucionário.

As ligações que a FPS estabeleceu com outras instituições também expressam o lugar que a fundação ocupava como ponta de lança da intelectualidade conservadora no Estado. E aqui podemos elencar o convênio estabelecido com o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Higiênicas (SERFAH), do Estado da Guanabara, na época governado por Carlos

Lacerda, que tal qual Cid era Membro da UDN. Esse serviço vai influenciar bastante a concepção de Promoção Social da FPS. Algo que é demonstrado na vinda de intelectuais do Serviço ao Recife para o evento da I Semana da Promoção Social (1961). O chefe do SERFAH, sociólogo Artur Rios era um homem que tinha ligações também com o IPES e com o IBAD e quando esteve no Recife fez conferências para a Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE).

No campo local, a Fundação da Promoção Social encontra amparo no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e no Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER), ambos liderados por intelectuais que estavam próximos do campo social mais conservador: Mauro Mota e Gilberto Freyre. É dessas instituições que parte do grupo dirigente da FPS provinha, caso de Carlos Frederico Maciel, que era um dos diretores do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife e foi nomeado vice-presidente do Conselho da FPS. Frederico Maciel, após o golpe de 1964, foi nomeado interventor no Movimento de Cultura Popular.

A ampla capacidade de mobilização entre intelectuais exercida pelo tema da modernização do estado viabilizada, em parte, pela ampliação das oportunidades educacionais demonstra a relevância que o assunto atingiu no período. Também aponta para a disposição manifestada por esses intelectuais de se envolverem nesse processo social. Sub-repticiamente, disputavam o controle do processo de modernização e o lugar no campo que permitiria ao grupo vencedor traçar as características e os valores do processo. Uma vez definida, a Fundação da Promoção Social entrou em convergência com outros atores internacionais importantes no palco da Guerra Fria.

79

Referências

12 escolas serão inauguradas amanhã. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 202. 03/09/1960. p. 03.

APROVADO o crédito de 40 milhões para a Fundação da Promoção Social: Plano está pronto. **Diário de Pernambuco**. 03/10/1961, p. 03.

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. **“Despertai com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção”**: O Grupo de Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASILEIRO, Dimas & MENDONÇA, Djanyse. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). **Estudos Universitários**, nº 24(5/6), 11–22. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/256117>.

CID aprovou estatutos da Fund da Promoção Social. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 159. 15/07/1961, p. 05. APEJE.

COELHO, GERMANO. **MCP**: História do Movimento de Cultura Popular. Recife. Ed do autor, 2012.

DREYFUSS, René, Armand. **1964**: a Conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

ESTATUTOS da Promoção Social. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 15/07/1961, p.4377.

FREYRE, Gilberto. Um jovem homem público. **Diário de Pernambuco**. 15/10/1961, p. 04.

FREYRE, Gilberto. “Doutrina Social Cristã deve ser o lema da “Promoção”. **Diário de Pernambuco**. 14/10/1961, p. 03.

80

FORMULADAS ontem severas críticas ao governador. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº205. 06/09/1960, p. 03.

GENÚ Luiz Felipe Batista. **Atos cênicos, atos revolucionários**: o Teatro de Cultura Popular do Recife (1960-1964). Organizadora: Joana D'arc Lima. Recife: Ed. UFPE, 2019.

GENÚ Luiz Felipe Batista. **Nuances da Guerra Fria Cultural em Pernambuco**: intelectuais, instituições e disputas políticas (1960-1965). Recife, 2024. 229f.: il. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2024.

GOVERNADOR inaugurará escolas e ambulatórios. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 220.02/10/1960, p. 20.

GOVERNADOR pede apoio operário a campanha de desenvolvimento”. **Diário de Pernambuco**. 07/01/1961, p. 30.

GRUPO de Trabalho criado no Mocambo para assistência aos moradores dos bairros pobres. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 199. 31/08/1960. p. 03.

I Semana da Promoção Social. Serviço Social Contra o Mocambo. **Arquivo histórico do INEPE**. Disponível em: [Bem-vindo ao Arquivo Histórico do Inep - Arquivo Histórico do Inep](https://www.inepe.gov.br/pt-br/arquivos-digitais/arquivos-digitais). Acessado em: 13/01/2024.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PROFESSOR Arhur Rios Condena latifúndio: revisão agrária. **Diário de Pernambuco**. 08/10/1961, p. 03.

PROMOÇÃO Social: nova fase do SSCM para ajuda à população pobre. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 16. 18/01/1961.

PROMOÇÃO Social será fundação: presidente do SSCM anunciou. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 108. 14/05/1961, p. 05.

PROMOÇÃO Social será transformada em fundação ainda no mês em curso. **Diário de Pernambuco**. Ano 136, nº 133. 14/06/1961, p. 35.

PROMOÇÃO Social vai debater problemas ligadas a habitação popular: filmes. **Diário de Pernambuco**. 10/10/1961, p. 04.

RECUPERAÇÃO Social do Homem: meta de Cid. **Diário de Pernambuco**. 22/10/1960, p. 03.

SSCM passa a ser Instituto de Promoção Social: mensagem enviada. **Diário de Pernambuco**. 81 Ano: 136, n 269. 29/11/1960.

SSCM passa a ser Instituto de Promoção Social: mensagem enviada. **Diário de Pernambuco**. Ano: 136, n 269. 29/11/1960, p.08.

Sociedade Brasileira de Sociologia. **Bionotas**. José Arthur Rios, (sbsociologia.com.br). Consultado em 12/12/2022.

SEMANA da Promoção Social começará sábado: palestras. **Diário de Pernambuco**. 01/10/1961, p. 03.

Artigos Livres
Recebido em: 18 abr. 2025.
Aprovado em: 12 jun. 2025.